



AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EM POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DOS PROGRAMAS CONEXÕES DE SABERES E ESCOLA ABERTA

ANA LÚCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS
MARCOS ANTONIO SILVESTRE
ANA EMÍLIA GONÇALVES DE CASTRO

Evidenciar fatores que fortalecem ou fragilizam a permanência de estudantes na universidade pública, é o objetivo deste artigo, a partir de uma auto-avaliação realizada pelos bolsistas do Programa Conexões de Saberes - UFPE. O Programa, promovido pelo Ministério da Educação, visa estimular um maior diálogo entre a academia e as comunidades populares, propiciando trocas de saberes, experiências e demandas entre as partes. Utilizou-se o método indutivo, para o estudo de caso da parceria dos programas Conexões de Saberes e Escola Aberta, a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado, de forma não aleatória, com todos os bolsistas da IFES que estão atuando nessa articulação, no âmbito da Região Metropolitana do Recife. A análise foi descritiva, apresentando os dados coletados no universo de 109 bolsistas, dos quais 50 correspondem à base amostral, por terem respondido o questionário em tempo hábil. Conclui-se que a Parceria contribui para a melhoria da permanência, lastreada na aprovação de variáveis como “confiança da família em suas opiniões”, “ser considerado um exemplo para outros jovens em sua comunidade”, “mais acesso à capacitação em pesquisa científica”, “contribuição da bolsa para aquisição de computador” e “mais acesso a orientação para entrada na pós-graduação”, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Afirmativas, Educação Superior, Estudantes de Origem Popular.

1. INTRODUÇÃO

A universidade pública está firmada em princípios éticos de responsabilidade social, proporcionando por meio do processo educativo, a formação de sujeitos situados no tempo e no espaço e, portanto, na formação do ser histórico capaz de se comprometer socialmente. Segundo FREIRE (1979, p. 16), “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. Nesse sentido, a universidade tem a função de potencializar a ação e a reflexão, em vista de um compromisso social. E assim o faz por via do ensino, da pesquisa e em especial da extensão, sob forma de “gêmeos siameses” tendo como característica principal a interdependência positiva.

No contexto dessa formação cidadã, o conceito de acesso ao ensino superior no Brasil, bem como da permanência com qualidade, vem sendo construídos historicamente, relacionados ao alcance e manutenção de desigualdades sócio-econômicas, o que explica o seu caráter fortemente seletivo, gerando esforços de diversos autores a fim de compreender a complexidade do modo como ocorre a participação dos segmentos sociais nesse nível de ensino (BRITO e CARVALHO, 1978; SERPA, 1989; MONTEIRO, 1990; BESSA, 1990; ZUCCO, 1996; SANTOS, 1997; MAGGIE, s/d; NOGUEIRA, ROMANELLI e ZAGO [orgs], 2000).

Esse caráter seletivo do ensino superior foi reforçado, no Brasil, pelas características que assumiu a criação desse sistema educacional, no início do século XIX, implantado antes mesmo da estruturação do ensino primário (SERPA, 1992). As forças progressistas articuladas em diversos movimentos sociais buscaram inserir na Constituição Federal de 1988 os princípios de um novo paradigma sobre o papel da educação no processo de democratização da sociedade brasileira.

Promulgada a Constituição, a luta se prolongou por oito anos, vindo a culminar com a aprovação da Lei de Base da Educação em 1996, que expressa no seu artigo primeiro, de forma muito clara, a idéia de que a educação é um processo de formação que acontece na família, na sociedade, nas comunidades, nos movimentos sociais e nos estabelecimentos de ensino. Estabelece na agenda pública as políticas de ações afirmativas que são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado, com o objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras - historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização.

As atividades extensionistas constituem um dos alicerces fundamentais no processo de formação dos sujeitos históricos, que dentre outros objetivos, busca estabelecer articulações para o desenvolvimento regional e a interiorização. Para atingir esse objetivo, a universidade pode firmar convênios de cooperação técnico-científica em projetos estratégicos, sendo essas ações fundamentadas na legislação de educação nacional, conforme o art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Este princípio sugere que as atividades de extensão sejam formuladas e implementadas de forma articulada com outras instâncias que são também fonte de saber e de processos formativos. Na busca em responder aos desafios de integração dos aspectos social e científico na Universidade, a Extensão assume, enquanto um dos espaços de reflexão crítica, um meio que contribui para a oxigenação do pensar e do agir na busca da excelência do aprendizado de forma contextualizada.

Nesse sentido, é que nasce a proposta do **Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares**, configurando-se parte de um compromisso com as políticas afirmativas, no seu intuito de promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional público do Brasil, a partir de 2005.

A universidade, portanto, passa por uma reestruturação de relações com o desafio de aprender com a crescente participação dos estudantes oriundos de comunidades populares na vida acadêmica. A construção de uma nova universidade, capaz de contribuir no atendimento das demandas da maioria da população, porém sem perder sua excelência, é o desafio prioritário a que o Conexões de Saberes responde de modo criativo e inovador. A formação de uma rede sócio-pedagógica na universidade, estabelecida por discentes de diferentes cursos e perfis acadêmicos é um caminho para acolher os jovens na vida universitária, sistematizar experiências originadas em suas famílias e comunidades e dotá-los de instrumentos

metodológicos para compreender e contribuir para a superação das históricas desigualdades em que vivem.

Justifica-se a proposta por ter como fundamento a filosofia de uma Educação para a Diversidade e Cidadania, que objetiva reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar, defendendo a idéia de uma formação que acontece dentro e fora das escolas e das universidades, cabendo aos educadores e educandos tanto abrir as escolas para a comunidade, quanto conectar os saberes formal com os saberes não formal.

O Programa Conexões de Saberes, promovido com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), é relevante para acolher o estudante universitário de origem popular, através de bolsas acadêmicas, identificando seus saberes e as principais dificuldades para a sua permanência, ressaltando as dificuldades inerentes à sua condição socioeconômica, da participação efetiva na vida universitária, na produção de conhecimento sobre sua realidade de estudo e de moradia, além da criação de condições para a transformação institucional da universidade de modo a construir uma política nacional que atenda de fato a esse público.

O espaço de conexão com a educação não formal se dá através de parcerias com comunidades populares e programas de governo. Uma parceira relevante constitui o programa **Escola Aberta** que foi criado a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educaçãoⁱ e a Unesco e tem por objetivo contribuir para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural (particularmente do jovem estudante da educação básica das escolas públicas), a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão., a promoção da paz e da melhoria da qualidade de vida da população. A transformação da escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos jovens e suas comunidades, fazendo a aproximação entre o cotidiano da escola e os atores comunitários, se daria através do uso do espaço físico da escola como local de convivência e aprendizagem nos finais de semana.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDEⁱⁱ, o programa Escola Aberta é relevante por ampliar para toda a comunidade o escopo das atividades da escola, promover a melhoria da qualidade da educação, maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social.

Este artigo tem por objetivo evidenciar, como o processo de avaliação contribui para um redirecionamento dos projetos desenvolvidos a partir da parceria entre os programas Conexões de Saberes e Escola Aberta. A atuação dos seus bolsistas é estratégica para a gestão participativa da parceria, pois, a partir dos instrumentos de auto-avaliação são identificados quais fatores fortalecem sua permanência na universidade e quais são as dificuldades, ou ameaças, que fragilizam a proposta de políticas afirmativas na relação universidade e comunidade. Utilizou-se o método indutivo, para o estudo de caso da parceria, a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado, de forma não aleatória, com todos os bolsistas da IFES que estão atuando nessa articulação, no âmbito da Região Metropolitana do Recife. A análise foi à descritiva, com os dados coletados no universo de 109 bolsistas, no qual, 50 correspondem à base amostral por terem respondido o questionário em tempo. Os gráficos foram distribuídos segundo uma escala crescente pré-determinada: Nenhum, Deficiente,

Aceitável, Bom, Excelente. Utilizou-se o termo indeterminado para os casos onde o bolsista não apresenta resposta para o item pesquisado.

2. A GESTÃO ARTICULADA DOS PROGRAMAS COMO DESAFIOS A ENFRENTAR NA RELAÇÃO DE PARCERIAS

Mesmo tratando-se de programas com tantas semelhanças, diversos desafios devem ser levados em consideração, para que, na busca de superação assegure-se uma gestão articulada dos programas com eficiência, eficácia e efetividade. É preciso compreender a realidade em um sistema holístico, procurando apreender as relações internas e externas, que possuem características específicas e interligadas por um princípio de interdependência positiva e funciona como uma cadeia entre elementos, atores, ambientes e cenários. Mesmo fazendo parte de um mesmo sistema, não devem ser avaliados de forma isolada porque cada unidade do conjunto se explica por sua interação como o conjunto, conforme afirma Quintaneiro (2002): “fenômenos sociais têm origem na coletividade, não em cada um dos seus participantes.”

Para Durkheim (2004) a sociedade é semelhante a um corpo vivo, em que cada órgão cumpre uma função, ou seja, as partes (os fatos sociais) existem em função do todo (a sociedade). Ao comparar a sociedade a um organismo vivo, o teórico, identifica dois estados em que esta pode se encontrar: o primeiro chamado de estado normal que designa os fenômenos que ocorrem com regularidade na sociedade e o segundo o patológico que corresponde a comportamentos que representam doenças e devem ser isolados e tratados porque põem em risco a harmonia e o consenso, estando fora dos limites permitidos pela ordem social e pela moral vigente.

Para esse teórico, o mecanismo que oferece a coesão para a sociedade seria a solidariedade social sendo expressa, segundo sua teoria, por uma maior ou menor divisão do trabalho, somando ainda à consciência que poderá ser individual ou coletiva, existindo dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica (DURKHEIM, 2004). A gestão articulada constitui uma forma de parceria solidária com pessoas pertencentes aos ambientes e instâncias educacionais, com objetivo de se apoiarem reciprocamente aproveitando as competências, valores e experiências recíprocas de caráter construtivo e estratégico. Os desafios iniciam a partir do estabelecimento de um compromisso conjunto para o atendimento das necessidades, de forma complementar, e cultivar o entusiasmo com práticas de intercâmbio e reciprocidade. Isso só é possível a partir de uma rede de comunicação contínua no sentido de sustentar, alimentar e promover esse ideário e identidade comuns.

O primeiro desafio consistiu na necessidade de acertar campos de ação convergentes e complementares na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ambas universidades com aproximadamente 115 bolsistas do Programa Conexões de Saberes. O fato de tratar-se de instituições de natureza e composição análoga, pode gerar o que Durkheim (2004) chama de Articulação Mecânica, que é maior na medida em que a identidade dos parceiros aumenta.

Cientes da relevância de consolidar uma solidariedade objetiva, fundada no desenvolvimento democrático e pelos princípios de equidade, passando pelo princípio de desenvolvimento do potencial humano como ser social pleno e pelo de igualdade entre todos; foi preciso estabelecer, portanto, bases de diálogo suficientemente claras e transparentes que

não dessem lugar ao surgimento de conflitos de concorrência que emergem de situações de articulação mecânica mal gerida. Estes conflitos emergem quando são criadas situações na qual uma das partes percebe que está sendo manipulada e instrumentalizada pela outra, e quando ambas as partes concorrem pela hegemonia do processo e pela ocupação de lugares de destaque ou o aproveitamento de benefícios em detrimento da outra.

O outro desafio a vencer apresenta-se pela necessidade de articular as ações com a Unidade Local Executora (ULE), que promove o apoio ao desenvolvimento do Programa Escola Aberta por parte das 14 secretarias municipais e da secretaria estadual de educação, que mantém as 400 escolas da Região Metropolitana do Recife onde o programa Escola Aberta é realizado. Neste caso, estabelece o que Durkheim chama de solidariedade orgânica, que é aquela promovida entre partes de natureza, composição e formas de agir diferentes. Durkheim (2004) ensina que entre partes diferentes pode desenvolver-se dialeticamente tanto a solidariedade orgânica quanto conflitos de antagonismo. A primeira situação é criada quando as partes, reconhecendo-se diferentes, colocam suas diferenças como elementos de complementaridade à ação da outra parte para contribuir na construção de um projeto coletivo. O conflito surge quando por dificuldades ou erros de gestão, a diferença é geradora de conflitos de interesses, de opinião sobre a condução dos processos que em vez de ser capaz de promover ações convergentes, complementares ou conjuntas, gera situações onde impera a desconfiança, e mesmo a hostilidade entre as partes envolvidas.

O desafio encontrado na montagem do processo de gestão da implementação conjunta entre as UFPE e UFRPE, por um lado, com a Unidade Local Executora vinculada à SECAD, por outro, e as várias secretarias de educação, constituindo um terceiro interlocutor, consistiu precisamente na necessidade de estabelecer o diálogo, o entendimento, e a adoção de estratégias comuns entre organizações com formatos organizativos e práticas operacionais muito diferentes.

Essas diferenças destacam-se quando, ao se referir às Instituições de Ensino superior, não se refere apenas à figura da coordenação geral, mas inclui-se nesta denominação o Coordenador Estadual, a Assessoria Técnica, os monitores e os próprios bolsistas. E quando se refere à Unidade Local Executora - ULE, incluem-se as equipes de coordenação geral e técnicas, que mesmo agindo de forma integrada, estão constituídas por pessoas diferentes. E finalmente, quando se referir à participação das secretarias no processo, deve-se reconhecer a peculiaridade de cada uma delas: sistemas municipais de ensino vinculados ao programa Escola Aberta, a partir da secretaria ao qual o programa está vinculado, através dos interlocutores nomeados para representar no diálogo com a ULE e o Programa Conexões de Saberes, dos dirigentes escolares, do professor comunitário e do coordenador pedagógico.

O Governo do Estado e os municípios também possuem suas estruturas administrativas de porte e configuração diferentes na relação que estabelece a administração municipal ou estadual com as escolas, e principalmente com as comunidades e movimentos sociais. Estes, por sua vez, também abrigam diversas visões e posturas políticas em relação aos governantes. São instâncias diferentes na sua composição, organização e formas de agir.

A partir desse cenário exposto, pode-se afirmar que a complexidade desses relacionamentos e articulações. Os interesses não são necessariamente os mesmos, às vezes são divergentes e até mesmo contraditórios, mesmo que todos declarem como objetivo comum a implantação e o adequado funcionamento do Programa Escola Aberta. É necessário um *empoderamento* e adoção visceral da filosofia do programa entre todos os atores, de tal

forma, que aumente a capacidade de respostas de todos os sujeitos envolvidos, mantendo uma unidade de propósito – a construção de conhecimentos.

3. AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA OS PROGRAMAS

A proposta de definição do termo avaliação passa pela percepção de sua finalidade e utilidade nos propósitos que estão sendo perseguidos, bem como pela interferência da formação acadêmica do avaliador. De acordo com COHEN (1993), a avaliação é entendida como “uma atividade que tem por objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus limites e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. Esse sentido pauta-se na crença do mecanismo de controle do recurso como objeto de estudo, implicando uma medição em processo linear.

Em uma definição mais ampla, WORTHEN, SANDERS e FITZPATRICK (2004), propõem que:

Avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios.

O elemento chave da definição do sentido de avaliação implica em julgamento, apreciação, valoração. Significa que quem a pratica deve ter uma norma ou padrão que permita atribuir um dos valores possíveis a essa realidade, a partir de uma análise de contexto. Ainda que avaliar envolva alguma espécie de medição, a avaliação é muito mais ampla que a medição ou a qualificação de atitudes; busca evidenciar a mudança do estado ou condição que deu início a todo o processo, identificando o alcance da necessidade social. Assim, a avaliação tem como objetivo fornecer conhecimento através da comprovação objetiva e sistemática, identificando se a situação problema está sendo modificada, no andamento do projeto.

Considera-se a avaliação, portanto, como um julgamento valorativo, não sendo um ato neutro, nem exterior às relações de poder, integrando o contexto e possuindo natureza interdisciplinar. Essa discussão compreende avaliação enquanto prática social (SPINK, 2000). O processo poderá incluir a medida, mas não se esgota nela própria. A medida descreve o fenômeno com dados quantitativos, enquanto a avaliação descreve os fenômenos e os interpreta, utilizando também os dados qualitativos.

As diferenças filosóficas e ideológicas dos avaliadores quanto à escolha do método que melhor responda a sua necessidade de avaliação, justificam-se por não existir uma única filosofia universalmente aceita, mas diversas correntes de pensamento. Em todas as etapas, a avaliação é programada para apoiar diversos interesses de informação, sendo identificadas seis categorias de abordagem: 1) avaliação voltada para objetivos; 2) avaliação orientada para a tomada de decisões; 3) avaliação voltada para consumidores; 4) avaliação baseada em opiniões de especialistas; 5) avaliação baseada em opiniões contrárias; e 6) avaliação baseada na participação (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2001).

A abordagem avaliativa que oportuniza uma aprendizagem institucional deverá estar pautada no princípio democrático de participação de todas as pessoas envolvidas que, a partir do senso crítico, tenham oportunidade de voz. Esta avaliação deverá ser estruturada formalmente, sistematizada – para que possa ter influência nas decisões estratégicas – e

formativa, por apresentar objetivo de prover informações essenciais para que possam ser introduzidas mudanças durante seu processo de implementação.

Pode-se relacionar a cada etapa do processo de avaliação os seguintes resultados:

- Objetivos – efeito;
- Atividades – processo;
- Produtos – qualidade;
- Resultados – metas,
- Propósito ou missão – impacto.

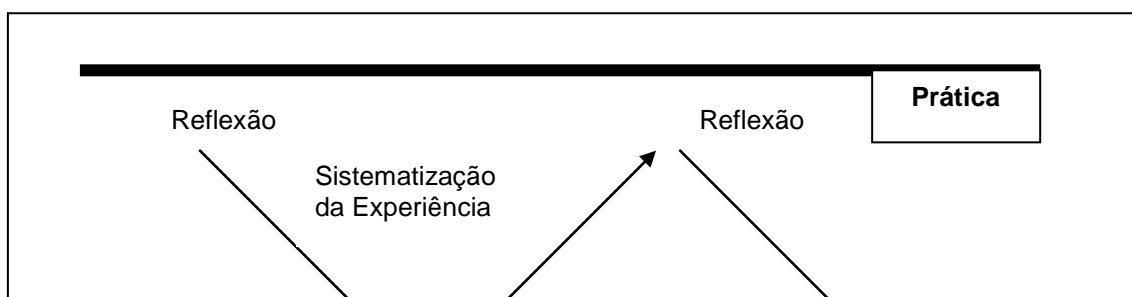
Todo o projeto deve estar apto a acompanhar o desenvolvimento de suas atividades por meio de um sistema de monitoramento e avaliação, por serem componentes do ato de gerenciar. É relevante destacar que o fato de planejar não é suficiente para garantir a eficácia dos projetos, apenas o "olhar" de perto é que identificará o que deve ser corrigido a tempo e o que deve ser mantido no ciclo de funcionamento.

Monitoramento é atividade gerencial que visa o acompanhamento permanente e contínuo das atividades de um projeto e a apreciação quantitativa e qualitativa dos seus avanços. Se realizado de maneira quantitativa, o monitoramento poderá valer-se da medição do andamento das atividades realizada em formulários de apontamentos ou sobre o próprio cronograma.

As medições também podem ser apuradas de forma qualitativa, individualmente com cada membro ou em reuniões de acompanhamento do projeto, com toda a equipe. O monitoramento não se restringe à execução física do projeto, mas pode alcançar aspectos tais como motivação da equipe, análise de riscos, previsão para o encerramento, correções de trajetória.

O controle é uma função gerencial que implica em estabelecer padrões de desempenho, elaborar e aplicar técnicas de monitoramento, decidir ações corretivas e estabelecer um sistema de informação gerencial do projeto. Ocorre de maneira simultânea à execução e monitora tudo aquilo que está sendo realizado pela execução *vis a vis* o que foi planejado durante a fase de elaboração do projeto. O intuito do controle é tomar ações corretivas de modo a reconduzir o projeto à trajetória inicialmente delineada. O monitoramento, por ser um processo sistemático de registro e armazenamento das informações substantivas, está diretamente ligado à ação política, e demonstra a cadeia de ações e suas relações processadas, gerando uma comunidade de aprendizagem e um processo coletivo de avaliação.

A avaliação para ser considerada instrumento de gestão necessita ultrapassar uma visão burocrática que tem por finalidade justificar a existência de um projeto, devendo acrescentar conhecimento dentro da gestão. Passa, portanto, pela proposta de desenvolver uma cultura de avaliação dentro da cultura institucional, auxiliando na mudança prevista nas etapas de planejamento, do processo e no resultado. Considera-se a sistematização da prática social mais que uma avaliação, por abranger a relação completa dos processos sociais, permitindo relacionar a teoria e a prática da ação individual à da ação coletiva. Assim, através do conhecimento produzido contribuirá, a partir dos questionamentos críticos, para reconstrução de aprendizados de forma preventiva e para o processo de transformação de novas práticas (MILANI *et al*), conforme figura:



Sistematização
da Experiência

Tempo

Figura 1: Sistematização da relação entre teoria e a prática

Fonte: Milani (2005)

Esse movimento da sistematização da experiência produz contribuições para reconstituir visões integradas dos processos de intervenção social, permitindo compreender seus próprios processos a partir de um conjunto de experiências. As entradas e saídas de informações fazem refletir antes, durante e depois do processo, materializando na sistematização e produzindo conhecimentos, identificando causa e efeito para melhor controle dos processos.

3.1 PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES E ESCOLA ABERTA

Os procedimentos de escolha para sistematização do processo de avaliação são diversos devido às várias concepções ideológicas. É necessário escolher o que traz visibilidade das demandas quanto ao direito democrático que melhor responda aos anseios e promova ações educativas de aprendizagem (multiplicadores de conhecimento). Parte-se da premissa de que os sujeitos estão comprometidos com a mudança, pautada pelos princípios de transparência e democracia.

A teoria da democracia é entendida como uma ruptura e/ou um alargamento de “brecha” das conversações hierárquicas, dominação pertencente ao sistema, existindo possibilidade de conexões horizontais entre pessoas e grupos. Essa capacidade de alterar a dinâmica e a estrutura, está fundada no princípio de ser possível aceitar a legitimidade do outro; gerando coletivamente projetos comuns de convivência (MATURANA *apud* FRANCO 2001). Nessa perspectiva a democracia pode ser considerada como um sistema de convivência, existindo a partir de ações propositivas, gerando acordos públicos entre pessoas livres num processo de conversação. Rompe, portanto, o limite conceitual de ser apenas um regime político para uma forma de existência social com possibilidade de criação e/ou ampliação de novos direitos (CHAUÍ, 1995, p.12).

As diferenças filosóficas e ideológicas dos avaliadores quanto à escolha do método que melhor responda a sua necessidade de avaliação, justificam-se por não existir uma única filosofia universalmente aceita, mas diversas correntes de pensamento. Em todas as etapas, a avaliação é programada para apoiar diversos interesses de informação, sendo identificadas seis categorias de abordagem: 1) avaliação voltada para objetivos; 2) avaliação orientada para a tomada de decisões; 3) avaliação voltada para consumidores; 4) avaliação baseada em opiniões de especialistas; 5) avaliação baseada em opiniões contrárias; e 6) avaliação baseada na participação (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2001, p. 19).

Em consonância com a filosofia do programa Conexões de Saberes, fundamentada no diálogo, o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação é de caráter participativo, envolvendo as equipes dos coordenadores do projeto nas IFES. Cabe à Coordenadoria Executiva Nacional definir os indicadores de avaliação e acompanhar o desenvolvimento do Programa, a partir deste Termo de Referência e dos projetos locais

enviados à SECAD. A implementação e a operacionalização do Sistema de Comunicação e Acompanhamento do Programa Conexões de Saberes, possui coordenações locais o papel de disponibilizar informações e conteúdos pertinentes às ações dos projetos locais consoantes a este Termo de Referência.

O acompanhamento também requer a constituição do Comitê Local de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação – Clama, com a participação de representantes das IFES, instituições comunitárias e dos bolsistas integrantes do Programa. O Clama deve estar articulado à Coordenadoria Executiva Nacional na tarefa de produzir, coletar, tratar e, sempre que solicitado, disponibilizar informações no mencionado Sistema. A coordenação deverá elaborar uma síntese das atividades desenvolvidas, por meio de relatórios ou de material preparado pela Coordenadoria Executiva Nacional, como também ter iniciativas locais.

Dentre alguns instrumentos de mapeamento, em nível da coordenação nacional, tem-se o questionário do perfil de estudantes com base para um diagnóstico cujo objetivo é de evidenciar um perfil socioeconômico dos estudantes universitários de origem popular. Suas respostas são relevantes para compor um quadro avaliativo da situação e dos desafios enfrentados no cotidiano dos estudante universitário.

Em nível local, o Clama/UFPE forma-se a partir do Comitê de Qualidade, composto por bolsistas do programa e da equipe de coordenação, na elaboração de critérios para apoio de decisões, construção de questionários avaliativos, modelos de planos de atividades, modelo de diário de campo, formalização do regimento interno e de acordo com necessidades de instrumentos de avaliação e sistematização que venha ajudar no funcionamento dos programas. A avaliação está diretamente relacionada à operacionalização do programa local, que em específico na UFPE tem como proposta de estrutura funcional as seguintes áreas a serem monitoradas:

1) Área de Formação:

A fim de complementar o conhecimento formal de sala de aula, os bolsistas recebem capacitações diferenciadas, cujo objetivo é saber fazer interagir os dois conhecimentos, sobre as temáticas de Leturação, Cidadania e Direitos Humanos, em contexto com a transversalidade dos saberes pedagógicos de salas de aulas articulados com educação popular. Esses conteúdos são distribuídos em módulos:

Módulo I - Conteúdo programático: Formação Pedagógica

Módulo II - Conteúdo programático: Formação Política

Módulo III- Conteúdo programático: Formação Cultural

Módulo IV - Conteúdo programático: Formação em Gestão de Projetos Sociais

2) Área de Extensão:

Realizada através dos espaços nas escolas que trabalham com o Programa Escola Aberta e com parcerias pré-estabelecidas com projetos em comunidades populares. É elaborado um projeto formal, cadastrado na Pro-Reitoria de Extensão, acompanhado de um Termo de Compromisso, com a participação de, no mínimo, 3 bolsistas e um professor voluntário da universidade, acompanhados por um coordenador pedagógico, coordenador de avaliação e monitoria do Programa Conexões de Saberes. Preferencialmente, a atuação ocorre em áreas geográficas próximas a moradias dos bolsistas, tendo por objeto suas comunidades de origem e visando implementar, de forma estratégica, oficinas que possuam os eixos transversais de Leturação, Cidadania e Direitos Humanos.

3) Área de Pesquisa

Antes de iniciar as atividades nas comunidades populares, deve ser realizado um diagnóstico participativo nas áreas em que se busca direcionar as atividades com representantes do conexões, da comunidade, do poder público e representantes das escolas para obter informações sobre as demandas, ofertas da comunidade afim de encaminhar prioridades e planejamentos estratégico direcionados para a mudança planejada.

Essas três esferas faz parte da busca de integrar resultados entre ensino-pesquisa-extensão quanto as possibilidades do desenvolvimento das inteligências múltiplas, à articulação teoria e prática e, ainda, ao rompimento da fragmentação do saber.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE AUTOPERCEPÇÃO DOS BOLSISTAS QUANTO A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA

O processo de auto-avaliação realizado pelos bolsistas teve por objetivo identificar quais fatores fortalecem sua permanência na universidade e quais são as dificuldades, identificadas como ameaças, que fragilizam a relação universidade e comunidade. Os resultados encontrados foram utilizados como ferramenta de gestão à medida que, permitiram a retroalimentação das ações planejadas com ações estratégicas para potencializar capacitações e apoios pedagógicos necessários.

A escolha do método de autopercepção teve como motivo gerar um aprendizado a partir da reflexão sobre os objetivos do programa, uma vez que, antes de responder as perguntas, os bolsistas precisaram pensar em suas situações práticas do dia-a-dia e estabeleceu parâmetros acerca das influências do programa em sua vida social, econômica e acadêmica. Uma outra contribuição, em realizar avaliação participativa, é a contribuição para o processo de empoderamento e protagonismo, efetivando a proposta de gestão democrática.

A pesquisa ocorreu no mês de maio de 2008, com os bolsistas e monitoras que tenham no mínimo 1 ano de permanência no Programa. A metodologia pautou-se em aplicar o questionário semi-estruturado com todos os bolsistas. Na entrega do questionário o bolsista assinou uma lista de entrega, porém sem identificação de seu nome no formulário, garantindo assim o anonimato e a liberdade em responder com maior sinceridade possível.

O banco de dados e a tabulação foram montados pelos próprios bolsistas, alunos do curso de graduação em estatística e outros. A pesquisa caracteriza-se pela análise descritiva dos dados coletados, com um universo de 109 bolsistas, dos quais 50 correspondem à base amostral por terem respondido o questionário em tempo hábil. Os gráficos foram valorados segundo uma escala crescente pré-determinada:

Nenhum		Deficiente		Aceitável		Bom		Excelente	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Esta escala permite a aplicação do mesmo questionário, em um momento posterior, para perceber se houve evolução ou não das variáveis estudadas. Para os casos em que o bolsista não apresentou resposta para o item pesquisado, utilizou-se o termo indeterminado. No final do questionário os bolsistas tiveram espaços para indicar os pontos positivos e negativos do programa, bem como, para sugestões.

As dimensões avaliadas, e suas variáveis, foram nomeadas a partir dos elementos inseridos nos objetivos do programa através dos eixos: institucional, formação e comunitário, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Levantamento das Dimensões e Variáveis para a Avaliação

1. Conduta, valores e atitudes no dia-a-dia	Consciência do papel como protagonista social
	Coerência entre o que crer, fala e pratica.
	Privilegiar os interesses coletivos em vez dos individuais
	Reconhecer as contribuições de colegas
	Capacidade de estabelecer relações interpessoais
	Consciência e controle adequado das emoções
2. Conhecimento e capacidade de análise crítica;	Reconhecimento das emoções dos outros
	Conhecer sobre a situação social e econômica de sua comunidade
	Capacidade de análise crítica e com argumentos fundamentados
	Prática conhecimentos específicos da graduação nas atividades que desempenha
3. Protagonismo na Universidade, Programa e Comunidade	Conhece e analisa as políticas públicas para jovens
	Compromisso com a mudança nas condições de vida da sua comunidade
	Dinâmico, participativo e motivado para agir
	Capacidade de construir equipes
	Exercício de liderança democrática
	Compartilhar atribuições e responsabilidades com a equipe (comissão)
	Capacidade de transmitir novos conhecimentos para a equipe
	Capacidade de escutar às necessidades dos outros
	Capacidade de negociar, e agir com equidade
	Capacidade de convencimento diante de qualquer público
	Capacidade de resolver problemas e agir com rapidez
	Capacidade de ser ágil sob pressão e criativo
	Capacidade de buscar articulações e/ou parcerias
	Capacidade de utilizar metodologia de Diagnóstico participativo nos projetos
4. Influência do programa em Conhecimentos de instrumentos de gestão	Capacidade de utilizar planejamento estratégico
	Capacidade de utilizar tecnologias de informação e comunicação popular
	Capacidade de promover a prática da sistematização e avaliação das atividades
5. Contribuição econômica do programa	A bolsa contribui para aquisição de computador
	A bolsa contribui para aquisição de livros didáticos para os estudos
	A bolsa contribui para Xerox de textos acadêmicos para os estudos
	A bolsa contribui para custeio de transporte para frequentar a universidade
	A bolsa contribui para custear alimentação durante o período acadêmicos
	A bolsa contribui para o orçamento familiar
6. Influência do programa no contexto familiar	Conhecimento da família sobre o programa (Conexões/Escola Aberta)
	A minha família me vê mais responsável
	Sou considerado um exemplo para outros jovens na comunidade
	A minha família tem confiança em minhas opiniões
7. Contribuições na formação acadêmica.	Acesso para dialogar com outros bolsistas, de áreas diferentes, vindos também de origem popular
	Acesso de relacionamentos com Professores que trabalham com educação Popular
	Acesso em capacitações sobre temáticas em educação popular
	Acesso em Seminários e Congressos Científicos
	Acesso em cursos de línguas
	Acesso à Capacitação em Pesquisa Científica
	Acesso de Publicações com Conhecimentos específicos de minha área acadêmica
	Acesso à orientação para buscar a entrada na educação continuada (pós-graduação)
Mínhas experiências no programa contribuem com meu aprendizado acadêmico	

Fonte: elaborado a partir da proposta da coordenação Nacional do programa.

4.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DE AUTO-PERCEPÇÃO

A primeira dimensão relacionada à conduta, valores e atitudes quanto à influência do Programa aplicados a vida cotidiana dos bolsistas, obteve o seguinte resultado: 82% de aprovação das respostas pelos bolsistas nas escalas Excelente e Bom.

A segunda dimensão avaliada, sobre a influência do Programa, para melhoria dos conhecimentos e capacidade de análise crítica dos bolsistas, obteve também a maioria das

repostas com um alto índice de influência no contexto da aplicação dos conhecimentos acadêmicos aos trabalhos realizados em comunidades, chegando a um total de 90% de aprovação neste item pelos bolsistas, nas escalas de Excelente e Bom.

A terceira dimensão avaliada, quanto à influência do Programa na melhoria de capacidade para exercer Protagonismo na Universidade, Programa e Comunidade; obteve respostas com verificação de um total de 77,5% de influência do programa nas práticas de liderança dos bolsistas.

Para a avaliação da quarta dimensão sobre a melhoria de conhecimentos e aplicação de ferramentas de gestão em suas atividades, obteve respostas com predominância da classificação “Bom” em todos os sub-itens.

A quinta dimensão avaliada sobre a contribuição econômica que o Programa oferece com apoio financeiro para contribuir na questão da manutenção acadêmica, obteve respostas positivas com um alto grau de excelência na importância da bolsa, principalmente, no custeio das cópias dos textos, transporte (passe-fácil) e alimentação. A maioria dos bolsistas estão em cursos com atividades acadêmicas em dois turnos, justificando suas respostas pelo apoio que o programa oferece para a alimentação.

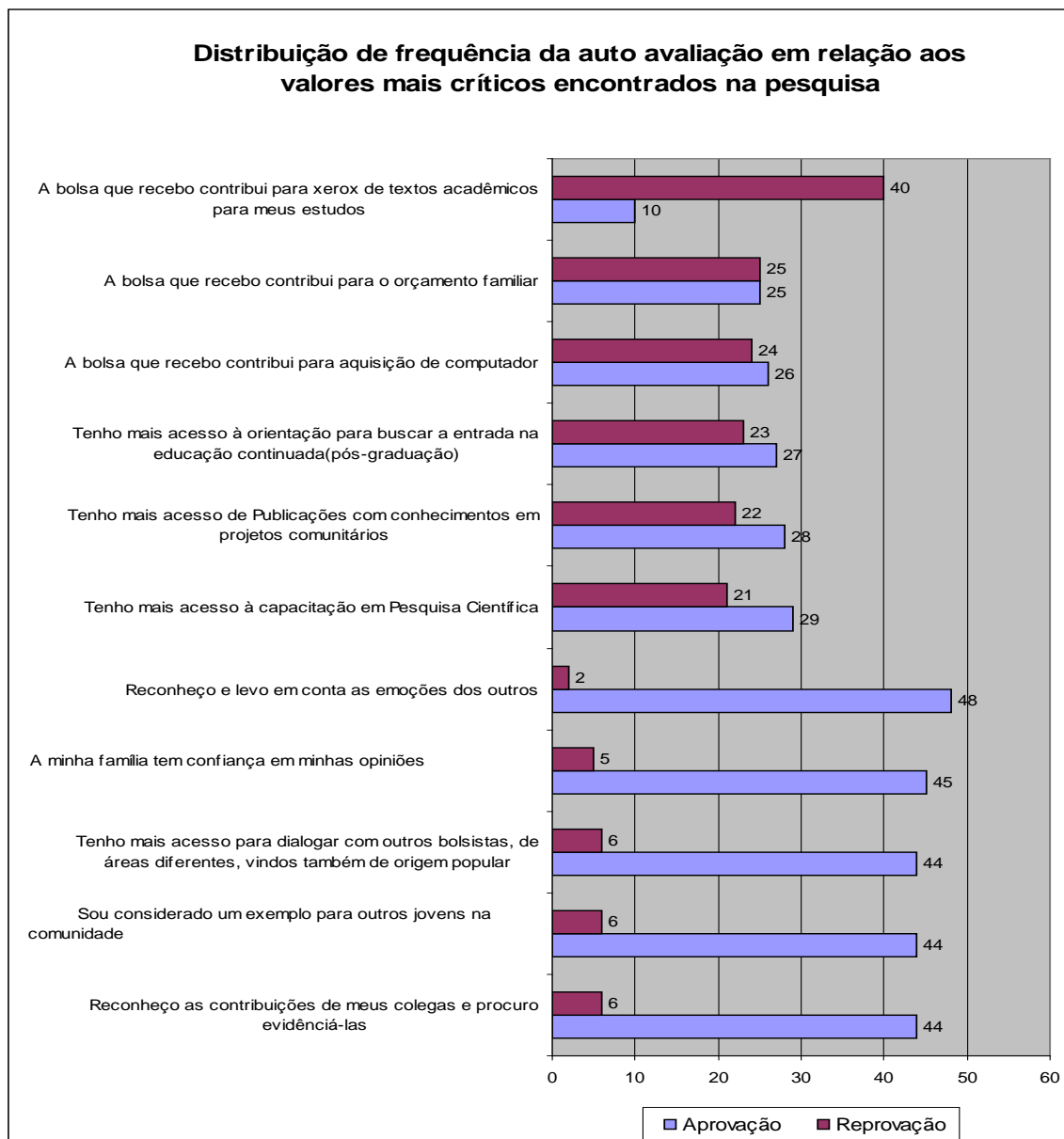
O contexto familiar do conexista e a influência do Programa são avaliadas na sexta dimensão. Percebeu-se a importância que: a opinião do conexista tem na família e da sua relevância no entorno da comunidade. O nível de respostas quanto ao conhecimento dos familiares da participação dos jovens nos Programas Conexões de Saberes e Escola Aberta, teve em sua maioria uma avaliação na escala Bom.

A última dimensão, a sétima, que se referiu à contribuição do Programa na formação acadêmica dos bolsistas, obteve um alto nível de concordância. O mesmo se verificou no item referente à relevância de sua integração com outros bolsistas de diferentes áreas acadêmicas. Este encontro com outros alunos de origem popular é considerado, na opinião dos bolsistas, como relevante para sua autoestima e pela busca de identidade.

O gráfico, a seguir, refere-se a um resumo das questões que obtiveram nas análises as maiores discrepâncias entre a aprovação e reprovação dos bolsistas em todas as dimensões avaliadas, levando em consideração que: a aprovação é o somatório dos itens “Bom” e “Excelente” e a reprovação sendo todas as outras alternativas de: “Nenhum”, “Deficiente” e “Aceitável”.

Os resultados são:

Quadro 2: Frequência dos Valores Críticos na Avaliação



Fonte: elaborado a partir do questionário aplicado na pesquisa.

Esta tabulação evidenciou que a contribuição do programa quanto a sua influência na permanência dos bolsistas na universidade, encontra-se aprovado nas seguintes dimensões:

- Alto Grau de aprovação: reconhecimento das suas emoções e dos outros, confiança da família em suas opiniões, Acesso para dialogar com outros bolsistas de áreas diferentes egressos de escolas de origem popular, Ser considerado um exemplo para outros jovens em sua comunidade e o reconhecimento das contribuições dos colegas.
- Médio Grau de aprovação: Mais acesso á capacitação em pesquisa científica, mais acesso a publicação e conhecimentos em projetos comunitários, mais acesso a orientação para busca de entrada na educação continuada (pós-graduação), a contribuição da bolsa para aquisição de computador e equitativamente quanto a contribuição no orçamento familiar.
- Grau de Reprovação: a contribuição do apoio financeiro para xerox de textos acadêmicos para os estudos. A justificativa dessa reprovação para os bolsistas é que: como precisam ficar em dois turnos na universidade para atividades acadêmicas ou para atividades do programa (reuniões de comissão, reuniões da coordenação

ampliada, reunião geral dos bolsistas) eles dão preferência para alimentação e transporte em seus gastos.

A seguir são sistematizados os aspectos positivos e negativos observados pelos bolsistas que afetam ou fortalecem sua permanência na universidade. A classificação deu-se a partir do nível de repetição da escrita apresentada.

Quadro 3: Sistematização dos Aspectos Positivos e Negativos

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Incentivo à liderança	Reuniões longas que nem sempre produzem resultados
Estimulo a interdisciplinaridade	Atraso da bolsa-auxílio
Comprometimento social	Inexistência de seguro de vida
Auxílio financeiro	Dificuldade de montar oficinas do E.A.
Contato com a minha comunidade	Conciliar os horários da graduação c/ do conexões
Aproximação com a realidade da minha comunidade	Ausência de acompanhamento pedagógico
Trabalhar em grupo	Falta de maior acompanhamento da monitoria do EA
Maior independência e auto confiança	Excesso de atividades
Trabalho em equipe	Falta de acompanhamento
Ampliação de conhecimento.	Trabalhar em 2 escolas no final de semana
Percepção de mundo de outra forma	Excesso de relatórios e fichas p/ preenchimento
Estimulo à determinação	Menos diálogos entre comissões
Possibilitar acesso ao aprendizado dos universitários em línguas estrangeiras	A carga horária (20h)
Relacionamento com comunidades populares	Deficiência em materiais
Experiências em minha área profissional	Dificuldade de relação c/ a coordenação do E.A
Disponibilidade de criar meus próprios horários	Poucas vagas p/ o curso de línguas
Maior contato com a universidade	Falta de material para as oficinas na E.A
Tenho mais perspectivas	-
Os grandes amigos que fiz	-

Fonte: elaborado a partir do questionário aplicado na pesquisa.

A seguir são evidenciadas as sugestões elencadas pelos bolsistas para melhorar o funcionamento do programa. A pesquisa descreveu apenas, as que foram consideradas como sugestões - propostas, e não aquelas que caracterizavam apenas críticas (isso devido ao fato de que o questionário de auto-avaliação já contemplou sua reprovação – caso houvesse).

1. Desenvolver um projeto de cursos pré-acadêmicos solidários e promover assim maior integração dos bolsistas de licenciaturas diversas com as comunidades,
2. Seria interessante diminuir a carga horária do E.A. de 8 (oito) para 4 (quatro) horas no final de semana, colocando bolsistas em dupla;
3. Dar uma capacitação para os bolsistas aplicarem melhor suas oficinas (as capacitações até então dadas não conseguiram resolver o problema).
4. Capacitações mais objetivas/práticas onde pudéssemos trocar experiências.
5. Direcionamento das atividades de acordos com a graduação do bolsista para que, de fato contribua em sua formação.

4.2 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DE DESEMPENHO

A partir dos resultados e sugestões encontrados na auto-avaliação dos bolsistas o Clama busca diagnosticar o impacto da participação no programa na permanência com qualidade na universidade, para medidas de correção no andamento do programa.

Comparando a média de desempenho por áreas, antes da participação no programa e um período depois que participa no programa, os resultados apresentam-se uma significativa

elevação nas áreas de Humanas e Saúde. Quanto à área de Ciências Exatas existe um decréscimo nas notas escolares.

TABELA 1: Média de Desempenho por Áreas

Áreas	Média Desempenho	
	Antes	Depois
Exatas	5,60	5,29
Humanas	7,87	7,99
Saúde	7,13	7,46

Na análise quanto à média de aprovação nas disciplinas, antes da participação no programa e depois, encontra-se na análise um índice de reprovação alto nas áreas de exatas e saúde. Este é um caso típico de áreas onde o aluno possui tempo integral na universidade com necessidade de ter que escolher entre uma bolsa e a sala de aula.

TABELA 2: Média de reprovação por áreas

Dimensão	Exatas	Humanas	Saúde
Reprovação Antes	34,17	34,17	6,15
Reprovação Depois	49,84	11,24	10,00

4.3 DIAGNÓSTICO DOS RESULTADOS

Um grupo aleatório de bolsistas que participam do Programa Conexões foi convidado a uma entrevista coletiva para identificarmos suas dificuldades e sugestões.

Perguntas Norteadoras:

- 1) Quais pontos positivos e negativos você apontaria no Programa Conexões de Saberes, em relação à sua formação profissional e humana?
- 2) Como você explica o desempenho acadêmico dos bolsistas do Conexões?

Resultados:

Os bolsistas reconhecem a troca de conhecimento trazida pelo programa como um diferencial na universidade. Nos casos de baixo desempenho acadêmico foram apontadas as seguintes questões: Grande Quantidade de reuniões; Reuniões prolongadas; Todo o final de semana na Escola Aberta, sem conseguir estudar nesses dias; A carga horária exigida muito alta; A necessidade da bolsa faz com que ele não reclame de nada; Tem curso de graduação que ‘e integral e assim faltam aulas com medo de perder a bolsa; Eles não conseguem um tempo para refletir devido à quantidade de atividades.

Sugestão dos bolsistas: diminuir a quantidade de carga horária aos sábados.

A avaliação, portanto, cumpre sua função por fornecer informações que geram conhecimentos, mudanças nas ações dos participantes e aperfeiçoamento da gestão do programa, através da comprovação objetiva e sistemática, identificando quais fatores estavam dificultando atingir sua finalidade: a permanência com qualidade no ensino superior.

5. CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi evidenciar quais são as influências que os Programas Conexões de Saberes e Escola Aberta tem gerado significativamente para a permanência de alunos de origem popular, atuando como bolsistas, na universidade pública. Conclui-se que, a partir da comprovação objetiva e sistemática da auto-avaliação dos bolsistas e acompanhamento do seu desempenho acadêmico, o Programa Conexões de Saberes em Parceria com o Programa Escola Aberta influencia para a melhoria da qualidade da permanência, evidenciada na aprovação dos bolsistas acerca das seguintes variáveis: reconhecimento das suas emoções e dos outros, confiança da família em suas opiniões, acesso para dialogar com outros bolsistas de áreas diferentes egressos de escolas de origem popular, ser considerado um exemplo para outros jovens em sua comunidade e o reconhecimento das contribuições dos colegas. Como aprovação, porém com uma escala classificada como médio aparecem os seguintes itens: mais acesso à capacitação em pesquisa científica, mais acesso a publicação e conhecimentos em projetos comunitários, mais acesso a orientação para busca de entrada na educação continuada (pós-graduação), a contribuição da bolsa para aquisição de computador e equitativamente quanto à contribuição no orçamento familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Luiz N. e Carvalho, Inaiá M. de. **Condicionantes sócio-econômicas dos estudantes da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, CRH/UFBA, 1978.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 09/05/1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONTEIRO, Fernando B. M. “Condicionantes sociais e econômicos do acesso à universidade”. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, Nº 1, jan.-jun. 1990, p. 71-119.

NOGUEIRA, Maria Alice Romanelli, Geraldo e Zago, Nadir (orgs). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, Vozes, 2000, p.125 - 154.

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia de O. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Dürkheim e Weber**. 2ª ed. Ver. Amp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SERPA, Luiz Felipe P. “**Universidade brasileira centro de excelência ou indigência?**”. Cadernos Expogeo, Nº 003, Salvador, 1992, p. 45-49.

ZUCCO, Cezar. “**Relação entre graduação e pós-graduação**”. Florianópolis, Projeto de Discussão sobre a Pós-Graduação Brasileira, 1996.

ⁱ Resolução nº 19, 15/5/2008 - Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências.

ⁱⁱ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:

http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=escola_aberta.html . Acesso em: 05 de Jun. de 2008.